

A. I. N° - 232340.0076/13-5
AUTUADO - C. R. ANSCHAU ME
AUTUANTES - JOSÉ LUIS COUTO MULLEM
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 09/07/2014

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0100-05/14

EMENTA: ICMS. EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF). UTILIZAÇÃO IRREGULAR DO EQUIPAMENTO EM ESTABELECIMENTO DIVERSO DAQUELE AUTORIZADO. MULTA. A legislação prevê a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória aos estabelecimentos que forem identificados utilizando irregularmente o equipamento em local diverso daquele autorizado. Não consta no Termo de Apreensão, ou qualquer outro elemento probatório trazido aos autos, que o equipamento estava sendo efetivamente utilizado, apesar de ficar demonstrado que o mesmo se encontrava em estabelecimento diverso do autorizado para o seu uso. O autuado alega que o “*a máquina encontrava-se guardada embaixo do balcão da loja*”, fato que o autuante discorda, contudo, não alinha elementos probatórios que indique a utilização do equipamento. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração lavrado em 10/12/2013, para exigir multa por descumprimento de obrigação acessória no valor total de R\$13.800,00 em razão da utilização de equipamento de controle fiscal em estabelecimento diverso daquele para o qual tenha sido permitida a utilização, aplicada a penalidade por cada equipamento.

Consta, ainda, que o equipamento BEMATCHA MP2100 TH F1, SERIE BE 0510756100000066397, lacre n° 0214393, autorizado para uso no estabelecimento EDMARIO FERREIRA ROCHA ME, I. E. n° 81.345.298, foi apreendido no estabelecimento identificado como C. R ANSCHAU ME, I. E. n° 111.221.822.

O autuado, às fls. 12 e 13 dos autos, apresenta defesa afirmando que a empresa foi autuada após visita do preposto fiscal, Sr. JOSE LUIS COUTO MULLEM – Cad. n° 232.340, que encontrou no estabelecimento da empresa citada um equipamento ECF (emissor de cupom fiscal) cuja autorização para uso está em nome de outra pessoa jurídica.

Alinha que a Empresa C.R. ANSCHAU ME, foi constituída em 22/08/2013 e iniciou as suas atividades no mês de setembro deste mesmo ano. Esta nova empresa assumiu o ponto comercial, assim como adquiriu todo o estoque de mercadorias, manequins, prateleiras, computador, adquiriu todos os móveis e equipamentos da empresa que anteriormente funcionava neste mesmo endereço, cuja razão social era EDMARIO FERREIRA ROCHA ME – I.E. n° 81.345.298 PP.

Assegura que, no mês de setembro de 2013 a empresa C.R. ANSCHAU ME, fez um contato com a BEMATCH a fim de regularizar a situação do registro da máquina emissora de cupons fiscais, que se encontrava no estabelecimento comercial sim, porém SEM NENHUMA UTILIZAÇÃO.

Alude que a máquina encontrava-se guardada embaixo do balcão da loja, totalmente desligada e desconectada para que não fosse utilizada nem mesmo por engano até que os técnicos fizessem a devida modificação no registro da mesma.

Entende não haver dúvidas de que a UTILIZAÇÃO de Equipamento EFC em estabelecimento diverso daquele para o qual tenha sido permitida, configura crime fiscal. Entretanto, afirma que a empresa não cometeu tal infração uma vez que estava realizando as suas vendas através da emissão de nota fiscal manual (D-1) até que fosse regularizada a situação do equipamento EFC e esta afirmação pode e deve ser comprovada através de uma simples conferência no resumo das emissões realizadas através do próprio equipamento ECF. Haverá a constatação de que desde o início das atividades da empresa C.R. ANSCHAU ME, não há nenhum cupom emitido por este ECF.

Deste modo, afirma que não houve em nenhum momento a prática de tal infração, e tampouco o descumprimento das obrigações principais e acessórias descritas em Lei.

Diante do exposto, requer que seja acolhida a presente impugnação.

O autuante, à fl. 23 dos autos, apresenta informação fiscal aduzindo que em verdade o equipamento estava em cima do balcão da loja, retificando a exigência fiscal. Afirma que se o mesmo estivesse conforme foi alegado pela autuada, guardado em baixo do balcão e desligado, o autuante teria sido o primeiro a orientá-la a levá-la ao contribuinte credenciado para fazer a respectiva manutenção. Não teria feito a apreensão, nem lavrado o respectivo A. I. Nº 232340.0076/13.

Pede pela procedência do Auto de Infração.

VOTO

A presente exigência tributária deflui da acusação de descumprimento de obrigação acessória por utilização de equipamento de controle fiscal em estabelecimento diverso daquele para o qual tenha sido permitida a utilização.

A pena aplicada por descumprimento de obrigação acessória alberga em sua hipótese a utilização do equipamento de controle fiscal em estabelecimento diverso daquele que foi autorizado a sua utilização, conforme art. 42, XIII-A, “c”, 1.3, a seguir reproduzido:

Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

...
XIII-A - nas infrações relacionadas com a entrega de informações em arquivo eletrônico e com o uso de equipamento de controle fiscal ou de sistema eletrônico de processamento de dados:

...
c) R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais):

...
1.3. utilizar equipamento de controle fiscal em estabelecimento diverso daquele para o qual tenha sido permitida a utilização, aplicada a penalidade por cada equipamento;

Assim, necessário seria para caracterizar a infração, identificar o equipamento em local diverso do autorizado, o que efetivamente ficou demonstrado, contudo, para aplicação da multa este fato é necessário mas não suficiente. A aplicação da multa exige que seja identificada, também, a utilização do equipamento no local diverso do autorizado. Só assim seriam conjugados os elementos necessários e suficientes para sua integral caracterização.

Ocorre que não consta no Termo de Apreensão, ou qualquer outro elemento probatório trazido aos autos, que o equipamento estava sendo efetivamente utilizado no estabelecimento do autuado, apesar de ficar demonstrado que o mesmo se encontrava em estabelecimento diverso do autorizado para o seu uso. Tanto é verdade que o autuado alega que o “a máquina encontrava-se guardada embaixo do balcão da loja”, fato que o autuante discorda, contudo, não alinha elementos probatórios que indique a utilização do equipamento.

Assim, diante do exposto, considero IMPROCEDENTE o Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232340.0076/13-5**, lavrado contra **C. R. ANSCHAU ME.**

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de maio de 2014.

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - PRESIDENTE/RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR

TOLSTOI SEARA NOLASCO - JULGADOR